

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução TV



Santana conseguiu conter Lula na crise do Mensalão

Problemas de comunicação têm quatro letras: L, U, L, A...

Em entrevista esta semana ao jornal O Globo, o marqueteiro João Santana contou um pouco da estratégia que foi utilizada naquela que foi a segunda maior crise de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi após o escândalo do Mensalão. Santana não trabalhou diretamente no governo, mas já atuava ali porque seria o coordenador da campanha à re-

eleição em 2006. A crise do Mensalão completou 20 anos. Por incrível que possa parecer, a popularidade Lula hoje é menor do que foi em 2005. E ainda que também possa parecer incrível, João Santana considera que a crise de agora é mais difícil de contornar do que foi a do Mensalão. Alguns dos caminhos apontados, porém, são os mesmos: é preciso conter Lula.

Teleprompter

Em 2005, a equipe de comunicação de Lula conseguiu convencê-lo a seguir o script. Segundo João Santana, o presidente chegou a aceitar ler seu discurso em um teleprompter num ato na comunidade de Brasília Teimosa, no Recife, para evitar imprevistos.

VDM

Segundo Santana, é possível, sim, dar conselhos desse tipo a Lula. Ele é capaz de ouvir, especialmente se constata, como no Mensalão, que vive um momento de crise. O problema é que naquela época havia em seu entorno gente com coragem para avisar o "VDM".



Ricardo Stuckert / PR

Governo aposta no rádio como ferramenta

Governo constata que saída pode não estar nas redes

Para além das opiniões de João Santana, algumas constatações estão sendo feitas pela equipe de comunicação de Lula com Sidônio Palmeira. E uma delas desfaz a ideia que havia há alguns anos de que as redes sociais são hoje o único caminho de comunicação possível. Ingentuamente, o governo foi se afastando dos meios

tradicionais de comunicação, imaginando que bastava criar bons perfis nas redes e alimentá-los com conteúdos "sacados", engraçadinhos. Concluíram que não é exatamente porque hoje trabalha melhor as redes sociais que a direita as domina. As redes sociais são propriedades privadas. Nas mãos da nova direita no mundo.

Ferramentas

E se recusam a compartilhar quais são as ferramentas que usam para impulsionar ou não os conteúdos. Por mais bem feito que seja o post, ele poderá não atingir os objetivos. Porque há uma grande possibilidade de as redes sociais não permitirem que ele chegue.

Rádio

Nesse sentido, a comunicação do governo especialmente redescobriu o rádio. De longe, é ainda o meio de comunicação mais utilizado pela população. Está em qualquer grotão do país. Em muitos lugares onde até hoje os computadores não entraram.

Mídia

É verdade, a mídia tradicional também é privada. Mas trabalha dentro de regras já conhecidas. E, sobretudo, tem carência de informação. Precisa de informações do governo. E é, no final, a mídia tradicional que acaba alimentando a discussão nas redes sociais.

Informação

Preparar boletins, oferecer entrevistas, isso passou a ser uma das principais estratégias. E não é por outra razão também que Lula tem dado muitas entrevistas para rádio. Aposta-se nesse caminho. Mas, de novo, é preciso conter a língua de Lula. Ela tem que jogar a favor.

Congresso deve finalmente votar o orçamento 2025

Além disso, presidentes das comissões da Câmara serão eleitos

Por Gabriela Gallo

Para esta semana a expectativa é que seja, enfim, definido o Orçamento da União 2025. Segundo o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Corone o texto deve ser votado, e eventualmente aprovado, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta terça-feira (18). Com o texto aprovado na comissão, a previsão é que ele siga para votação no plenário no dia seguinte.

Em ofício encaminhado ao Congresso Nacional, o governo propôs o corte de R\$ 7,7 bilhões do programa social Bolsa Família para fechar o orçamento. Mesmo com o corte, a equipe econômica do Executivo esclarece que nenhum beneficiário será cortado do programa. O reajuste visa encaixar dentro do orçamento os R\$ 3,6 bilhões do programa Auxílio Gás. A medida foi definida após reunião de Angelo Coronel com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Pé-de-Meia

Além disso, o Executivo já havia solicitado anteriormente ao relator que o programa Pé-de-Meia (que paga mensalmente R\$ 200 a estudantes do ensino médio na rede pública, para evitar evasão escolar) "fosse ajustado durante o exercício de 2025", mas já constasse no Orçamento. O pedido é para evitar eventuais novos problemas com o Tribunal de Contas da União (TCU).

O Pé-de-Meia deve custar em torno de R\$ 12 bilhões



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Comissão deve votar o orçamento na terça-feira

ao longo do ano. Em conversa com a imprensa, na última quarta-feira (12), Angelo Coronel destacou que o governo tem um bilhão de reais no orçamento para o Pé-de-Meia. Como o Tribunal de Contas da União (TCU) "já facultou ao governo inserir esses valores no orçamento durante 120 dias", para conseguir o restante dos recursos o governo encaminhará Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN) quando for necessário.

"O governo tem um bilhão para começar a pagar o Pé-de-Meia. Ele tem quatro meses, por determinação do Tribunal de Conta União, para ir fazendo essas reposições do que é necessário enviar de PLN para ter o recurso para fazer frente ao Pé-de-Meia. [...] Qualquer cor-

te nós vamos fazer de comum acordo com o governo para que não haja problema de descon-tinuidade em alguma rubrica", ressaltou o senador.

Comissões

Além do orçamento, outra prioridade da semana é a votação das presidências das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, já que as comissões do Senado já foram definidas. A instalação das comissões da Câmara está agendada para esta quarta-feira (19) "para que os partidos tenham mais tempo de definir seus participantes nos colegiados", segundo a assessoria do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). No dia não haverá ordem do dia, apenas sessão no plenário. Inicialmente, a previsão era

que os principais nomes fossem definidos na quinta-feira (13), porém, as eleições das comissões tiveram de ser adiadas por falta de acordo interno.

Dentre os embates, está a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O partido ainda espera presidir as comissões de Saúde, Segurança Pública e Minas e Energia.

O MDB e o União Brasil disputam entre si as presidências da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães (PT-CE), informou que Hugo Motta definiu que nenhum partido deve ficar sem presidir comissão.

Em crise de popularidade, governo Lula tenta se reerguer

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Karoline Cavalcante e Rudolfo Lago

Mais uma pesquisa revela as dificuldades enfrentadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Um levantamento divulgado na última sexta-feira (14) pelo Ipeso-Ipec mostrou que 58% dos entrevistados afirmam não confiar no atual chefe do Palácio do Planalto, o que representa um aumento de 6 pontos percentuais em relação a dezembro. E a porcentagem daqueles que afirmam confiar caiu de 45% para 40%.

A desconfiança é maior entre aqueles com renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos (73%), evangélicos (70%), moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (66%), pessoas com idades entre 25 e 34 anos (65%), aqueles com ensino superior (65%) e do sexo masculino (61%). Já a confiança é mais expressiva entre moradores da região Nordeste (55%), pessoas com ensino fundamental (50%), católicos (50%), indivíduos com 60 anos ou mais (50%) e aqueles com renda familiar mensal de até um salário mínimo (49%).

Os dados também mostraram que a maneira como Lula está governando o Brasil é desaprovada por mais da metade dos brasileiros (55%), representando um crescimento de 9 pontos percentuais em relação aos 46% registrados em dezembro. A aprovação, por sua vez, diminuiu 7 pontos percentuais, indo de 47% em dezembro para



Pesquisan Ipec reforça queda na popularidade de Lula

40% em março.

O levantamento sobre a administração do presidente revela um aumento de 7 pontos percentuais na avaliação negativa do governo, com 41% dos brasileiros considerando-o ruim ou péssimo, superando pela primeira vez do Instituto a avaliação positiva. Em contraste, a aprovação do governo caiu 7 pontos, de 34% para 27%, enquanto a percepção regular se manteve estável em 30%. Em dezembro de 2024, os números eram 34% de avaliação negativa, 30% regular e 34% positiva.

A pesquisa ouviu 2.000 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 7 e 11 de março, com uma margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

E o governo?

O analista político da BMJ Relações Governamentais, Érico Oyama, avalia que a pesquisa reflete um cenário já identificado por levantamentos anteriores e destaca as estratégias da atual gestão para melhorar sua avaliação. Para ele, mais do que colocar as medidas em prática, está a preocupação em conceder visibilidade às iniciativas do governo.

"Por isso, em janeiro houve a troca no comando da Secretaria de Comunicação e na última semana Lula consolidou mudanças nos Ministérios da Saúde e da Secretaria de Relações Institucionais. Para Alexandre Padilha, por exemplo, a tarefa principal será conseguir trazer visibilidade ao programa

para ampliar o acesso da população a médicos especialistas via SUS, o Mais Acesso a Especialistas", disse Oyama. "Quanto a Gleisi Hoffmann, por mais que a tarefa principal dela seja conduzir a articulação política com o Congresso, também é esperado um papel de porta-voz da agenda positiva do governo", completou.

Interlocutores do governo informaram ao Correio da Manhã que as razões para a queda de popularidade de Lula estão sendo amplamente discutidas no Palácio do Planalto, com alguns diagnósticos já feitos.

O principal ponto identificado é que a população já não vê programas como o Bolsa Família como uma conquista exclusiva do governo Lula e do PT, mas sim como um direito adquirido. Tanto que mesmo com Jair Bolsonaro, que refletia posições opostas, o programa foi mantido.

Assim, o governo não pode mais se vender apenas como o garantidor dos benefícios sociais que já existem. Precisa apresentar novas entregas.

Em busca disso, o governo aposta em dois setores centrais: educação e saúde. Na educação, o programa Pé-de-Meia é visto como uma importante inovação social, a única entrega concreta nesse campo até agora.

Já na saúde, com a troca de Nísia Trindade por Alexandre Padilha, agora o foco está em concretizar ações e dar mais visibilidade a inovações, como a vacina da dengue, que pode até levar à erradicação da doença.